



85
066

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0161831-9
AGRAVANTE: Maurício Antônio de Lima Azevedo
AGRAVADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

R
5524

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. ADICIONAL DE INATIVIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. 1. Na hipótese em lume, não se extrai da petição inicial do autor/agravante nem a alegação (nem muito menos a prova respectiva) de que o mesmo teria (em 1999) ao menos 25 anos de serviço, de modo a ensejar a aquisição do direito ao adicional de inatividade. 2. Isso porque, tendo sido o adicional de inatividade extinto, por incompatibilidade vertical, pela Emenda à Constituição Estadual nº 16/99, o autor/agravante, para fazer jus ao mesmo, teria que fazer prova cabal de que, em 05 de junho de 1999, já tinha preenchido as condições legalmente estatuídas para a transferência à inatividade, tal como previsto no art. 10, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 32/2001. 3. Sem a devida comprovação de tempo de serviço, resta inviável cogitar, mesmo em tese, de reconhecimento de eventual direito à percepção do adicional de inatividade, de que tratava a Lei Estadual nº 10.426/90. 4. Uma vez fixada a inexistência de elementos conducentes ao reconhecimento do direito à percepção do adicional de inatividade, despicienda a análise referente à sua respectiva forma de cálculo. 5. Agravo improvido, em ordem a manter a decisão interlocutória de primeiro grau que denegou a tutela antecipatória.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0161831-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto relator.

Recife, 2ª de Junho de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

12
7
067

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0161831-9
AGRAVANTE: Maurício Antônio de Lima Azevedo
AGRAVADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **agravo de instrumento** com **pedido de efeito suspensivo ativo** interposto em face da decisão interlocutória do Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital, proferida nos autos da Ação Ordinária nº 001.2007.063287-2, que indeferiu a antecipação de tutela pleiteada pelo autor/agravante.

O agravante, militar estadual reformado, pleiteia, na via ordinária, (i) a implantação da vantagem denominada **adicional de inatividade** e (ii) o pagamento da mencionada vantagem em **percentual** incidente sobre o soldo, nos moldes anteriores à edição das Leis Complementares Estaduais nº 32/2001 e 59/2004.

Sustenta que, nos termos da Lei Estadual nº 10.426/90 (art. 91), o referido adicional de inatividade deveria ser calculado em percentual sobre o soldo, em função da soma dos anos de serviço prestado.


Em sede de contra-razões de fls. 42/71, o Estado agravado pugna pela manutenção da decisão recorrida alegando, em apertada síntese, a inexistência, por parte de servidor público, de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo da remuneração), conforme entendimento já consolidado do Excelso Pretório.

A douta Procuradoria de Justiça aduziu não ter interesse no feito (fls. 78/79).

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 18 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0161831-9
AGRAVANTE: Maurício Antônio de Lima Azevedo
AGRAVADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Na hipótese em lume, não se extrai da petição inicial do autor/agravante nem a alegação (nem muito menos a prova respectiva) de que o mesmo teria (em 1999) ao menos 25 anos de serviço, de modo a ensejar a aquisição do direito ao adicional de inatividade.

Isso porque o adicional de inatividade - enquanto esteve em vigor - era deferido aos militares no ato da inativação, em função da soma dos anos de serviço prestado.

Logo, sem a devida comprovação de tempo de serviço, resta inviável cogitar, mesmo em tese, de reconhecimento de eventual direito à percepção do adicional de inatividade, de que tratava a Lei Estadual 10.426/90.

Com efeito, tendo sido o adicional de inatividade extinto, por incompatibilidade vertical, pela Emenda à Constituição Estadual nº 16/99, o autor/agravante, para fazer jus ao mesmo, teria que fazer prova cabal de que, em 05 de junho de 1999, já tinha preenchido as condições legalmente estatuídas para a transferência à inatividade, tal como previsto no art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.

Assim, tenho que o agravante não logrou êxito em comprovar o preenchimento dos requisitos legais necessários à sua concessão (nos moldes previstos pela legislação que instituiu a vantagem, enquanto esta esteve em vigor).

E, uma vez fixada, nesses termos, a inexistência de elementos conducentes ao reconhecimento do direito à percepção do adicional de inatividade, despicienda a análise referente à sua respectiva forma de cálculo.

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente recurso de Agravo de Instrumento, mantendo íntegra, por conseguinte, a decisão interlocutória de primeiro grau.

Recife, 21 de maio de 2010.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator